

The social bases of Bolsonaroism: an analysis of authoritarianism as politics

As bases sociais do bolsonarismo: uma análise do autoritarismo como política

Resumo

Este artigo mostra que a coesão e a resiliência da base social de apoio a Jair Bolsonaro são amparadas por uma percepção autoritária da política e da sociedade. Demonstramos que o apoio ao presidente é transversal à sociedade brasileira, encontrando adesões nos mais variados grupos sociais. Como consequência, argumentamos que o fenômeno social e político do bolsonarismo responde a um conjunto variado e heterogêneo de demandas presentes na sociedade. Para isso, utilizamos uma estratégia de pesquisa multidisciplinar que articula a análise estatística de dados de *survey* nacional ainda inédito com uma abordagem sociológica a respeito da construção de uma visão autoritária da política e da sociedade no Brasil. Sugerimos, ao final, que a direita autoritária como força política e eleitoral deve durar no país e que ela possui algumas características que a distinguem de movimentos conservadores no Norte Global.

Mariana Miggiolaro Chaguri – Professora do Departamento de Sociologia da Unicamp, chaguri@unicamp.br

Oswaldo E. do Amaral – Professor do Departamento de Ciência Política da Unicamp, oamaral@unicamp.br

Esse texto é a versão em português de artigo que será publicado em inglês na revista *Latin American Perspectives*. Favor não citar sem permissão.

Introdução¹

Um ano e meio após sua posse, o governo do presidente Jair Bolsonaro colecionava problemas. Baixo crescimento econômico, alta taxa de desemprego, derrotas no Legislativo, além de escândalos de corrupção envolvendo dois de seus filhos, o vereador Carlos Bolsonaro e o senador Flávio Bolsonaro, além de seu ex-assessor, Fabrício Queiroz. Para piorar o cenário, o país figurava entre aqueles com as maiores taxas de letalidade pela Covid-19 no mundo, com a gestão do Governo Federal duramente criticada dentro e fora do país – tendo sido considerada uma das piores do mundo pela imprensa internacional².

Ainda assim, pesquisas de opinião realizadas no primeiro semestre de 2020 apontavam que o governo Bolsonaro era avaliado como ótimo ou bom por cerca de 30% dos brasileiros, segundo dados do Instituto Datafolha³. O que explica a estabilidade e a resiliência do apoio ao presidente e a seu governo mesmo em contexto político e econômico tão adversos?

Para responder a essa questão, lançamos mão de uma estratégia de pesquisa multidisciplinar, em que articulamos a análise estatística dos dados da terceira onda da pesquisa nacional de opinião *A Cara da Democracia*, ainda inédita, realizada pelo Instituto da Democracia⁴ entre 30 de maio e 05 de junho de 2020, com uma abordagem sociológica a respeito da construção e da consolidação de uma visão autoritária da política e da sociedade no Brasil.

O artigo está organizado do seguinte modo: na primeira seção, demonstramos como a percepção autoritária da política constitui-se em um elemento fundamental para compreender a base de apoio mais fiel do presidente Jair Bolsonaro; na segunda, argumentamos sobre como visões de mundo e percepções autoritárias sobre a vida social organizam modos de falar e perceber diferenças e desigualdades sociais, organizando as bases ideológicas do autoritarismo; por fim, discutimos em perspectiva comparada o caso

brasileiro e apontamos as implicações de longo prazo do apoio a Jair Bolsonaro no cenário político do país.

Para conduzir nossa análise, são centrais o conceito de autoritarismo e a noção de transversalidade. O autoritarismo como fenômeno social e político não é uma novidade na história brasileira e foi objeto de análise por um conjunto amplo e variado de autores. Entre os ensaios de interpretação do Brasil, por exemplo, Buarque de Holanda (1936) dedicou-se a refletir sobre as dificuldades de efetivação tanto de uma ordem democrática estável e durável, quanto da universalização dos direitos e da cidadania numa dinâmica social marcada pelo privatismo. Oliveira Vianna (1920;1949), por sua vez, argumentou sobre a necessidade de fortalecimento e centralização do Estado como a alternativa mais viável para limitar o alcance da influência política das oligarquias locais, conduzindo uma modernização autoritária da economia, da legislação e da própria sociedade⁵.

Se, no caso brasileiro, as tensões entre democracia e autoritarismo ajudaram a conformar modos de interpretar as relações entre o Estado e a sociedade especialmente entre 1930 e 1950, importa observar também que no período pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) autores como Lowenthal e Guterman (1949), Adorno (1950) e Horkheimer (1959) conduziram pesquisas quantitativas e qualitativas dedicadas a investigar as correlações entre ideologia e fatores sociológicos e psicológicos da adesão em ampla escala ao autoritarismo.

Em linhas gerais, os autores observaram que percepções socialmente compartilhadas sobre o aparente declínio dos padrões tradicionais e a incapacidade de lidar com transformações na sociedade ajudaram a fomentar o ódio a diferentes grupos sociais (judeus, negros, mulheres, dissidências sexuais, etc.), preparando o terreno social e político para a ordem autoritária. A defesa da tradição contra a degenerescência emergiu, assim, como uma das

mais fortes forças mobilizadoras de políticas como o nazismo e o fascismo, - mas também de discursos e práticas racistas e xenófobas em contextos como o norte-americano.

A ascensão de governos de extrema-direita em diferentes partes do mundo nos últimos anos tem feito com que diferentes estudiosos tenham retornado a algumas dessas teses e ofereçam perspectivas para compreender a emergência do fenômeno no século XXI.

Trabalhos como os de Brown, Gordon e Pensky (2018) revisitam os debates sobre o autoritarismo e procuram correlações entre sua emergência contemporânea e as crises econômicas e sociais produzidas pelo neoliberalismo e seus impactos nas crises de representação no interior das democracias liberais. Já autores como Eatwell e Goodwin (2018) também destacam a importância do nacionalismo na emergência de populismos autoritários contemporaneamente, num esforço de reordenação de símbolos nativistas, racistas, homofóbicos, sexistas e anti-seculares que visam legitimar governos de extrema-direita.

Aproximando tais debates de nosso objeto e da discussão aqui proposta, compreendemos por autoritarismo um modo próprio de ordenar as relações entre Estado, sociedade e mercado que esvazia a legitimidade do conflito enquanto dimensão constitutiva da democracia e da cidadania. Desse modo, trata-se de transformar o Estado em arma de ataque para a promoção de políticas e ações de governo que possam definir, por exemplo, noções como a de maioria nacional, isto é, sobre quem é o povo e quais são seus valores. Argumentamos que tais valores morais, normas de conduta e visões autoritárias sobre a sociedade, a política e o Estado não são organizados a partir de um único grupo social. Como iremos explorar a partir das próximas seções, nossos dados demonstram que se a base social do bolsonarismo é coesa ideologicamente, ela é significativamente heterogênea em termos de perfil geracional, de seus níveis de escolaridade, renda e ocupação

profissional. Desse modo, apontamos que o fenômeno político e social do bolsonarismo é transversal à sociedade brasileira contemporânea, encontrando adesões nos mais variados grupos sociais.

A percepção autoritária da política e as bases sociais do bolsonarismo

Os trabalhos que tratam da base de apoio ao presidente Jair Bolsonaro até o momento concentram-se no período eleitoral e nos determinantes de sua vitória nas eleições de 2018. Hunter e Power (2019) ressaltam que escolaridade, renda e religião ajudam a explicar a vitória do capitão reformado. Com forte discurso anticorrupção, anti-establishment político e de defesa da lei e da ordem, Bolsonaro conquistou tanto a classe média mais estabilizada como a nova classe média, segmento que se beneficiou do crescimento econômico e das políticas inclusivas durante as administrações petistas na presidência da República (2003-2016). Segundo os autores, o discurso conservador em questões vinculadas ao tradicionalismo sexual também foi importante para seduzir um outro grupo bastante numeroso: o eleitorado evangélico. Nicolau (2020), em análise que utiliza dados eleitorais e pesquisas de opinião, também destaca a importância do voto evangélico e da rejeição ao Partido dos Trabalhadores (PT), o antipetismo, para a vitória de Bolsonaro. Em linha semelhante, Amaral (2020), usando dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) de 2018, demonstra que o antipetismo foi um dos fatores fundamentais para o resultado final da eleição presidencial, argumento defendido também por Duque e Smith (2019). A partir da análise de uma pesquisa no formato painel, Rennó (2020) mostra que os eleitores de Bolsonaro estavam alinhados com seu discurso conservador sobre questões morais e sociais e sua abordagem liberal no aspecto econômico. Segundo o autor, a emergência

desse alinhamento ideológico à direita representa um fenômeno novo na política brasileira pós-redemocratização e deve se manter por longo tempo.

A análise aqui realizada difere das anteriores e não busca explicar como Jair Bolsonaro obteve a maioria dos votos válidos nas eleições de 2018, aspecto bem explorado nos trabalhos mencionados. Nosso foco está naqueles que constituíam a base de apoio estável a Jair Bolsonaro mesmo após as graves crises econômica e de saúde que atingiram o país no primeiro semestre de 2020. Ou seja, nossa análise recai sobre os cerca de 25% dos entrevistados, segundo o *survey A Cara da Democracia*, que afirmaram gostar bastante de Jair Bolsonaro. Chamaremos a esse grupo de *bolsonaristas* e abordaremos um aspecto que foi até aqui negligenciado pelos estudos empíricos: a percepção mais autoritária da política e da sociedade como o elemento a conferir identificação e coesão ao grupo bolsonarista e, ato contínuo, a sustentar a estabilidade e a resiliência do bolsonarismo como fenômeno social e político no Brasil contemporâneo.

Nossa hipótese parte da constatação de que a liderança de Jair Bolsonaro promove a sinergia de dois fenômenos políticos e sociais bem descritos pela literatura. Em primeiro lugar, a vinculação de um discurso conservador e de direita com a defesa aberta de regimes autoritários, como o período entre 1964 e 1985, no Brasil, e entre 1973 e 1990, no Chile. Coppedge (1997) e Power (2000) apontaram esse elemento como comum nos processos de redemocratização na América Latina ao longo das décadas de 1980 e 1990, ainda que, como ressaltam Luna e Kaltwasser (2014), essa característica tenha perdido importância a partir dos anos 2000. Em segundo lugar, a liderança de Jair Bolsonaro pode ser enquadrada no movimento de emergência, em diferentes partes do mundo, de políticos e partidos populistas-autoritários, fenômeno no qual em nome de uma suposta democracia real as

lideranças atacam o establishment político e as instituições de controle do Executivo (Levitsky e Ziblatt, 2018; Norris e Inglehart, 2019).

Apontamos, portanto, para o encontro entre a longa tradição do autoritarismo na história republicana brasileira e o fenômeno transnacional de ascensão do populismo-autoritário como terreno fértil no qual o grupo bolsonarista se unifica e se consolida, o que sugere a existência de espaço - político e social - para a manutenção de lideranças eleitoralmente competitivas de recorte autoritário no Brasil ainda por um longo período.

Como indicamos, partimos da análise dos dados da terceira onda da pesquisa nacional de opinião *A Cara da Democracia*, realizada em meio ao crescimento da pandemia provocada pela Covid-19 no Brasil e com um cenário consolidado de forte retração na economia⁶. O *survey* contou com mil entrevistas por telefone com maiores de 16 anos e possui margem de erro de 3,1 pontos percentuais (I.C. 95%).

Inicialmente, construímos dois modelos estatísticos multivariados para analisar o impacto de percepções autoritárias nas notas dadas ao presidente Jair Bolsonaro. Dessa maneira, analisamos o impacto de cada variável selecionada tomando todas as outras como constantes. Nossa variável dependente deriva da seguinte pergunta: “de acordo com o que o sr(a) sente, qual nota dá para os seguintes políticos, em uma escala de 10 pontos, em que 1 (um) significa não gosto de jeito nenhum e 10 (dez), gosto muito”. Para a análise, agrupamos as respostas em três categorias⁷: de 1 a 3 (gosto pouco), de 4 a 7 (gosto mais ou menos) e de 8 a 10 (gosto bastante). A primeira categoria agrupou 47,5% dos entrevistados. A segunda e a terceira, 26,8% e 24,7%, respectivamente.

Para avaliar o nível de percepção autoritária da política, construímos um *Índice de Autoritarismo* envolvendo três questões em que os entrevistados eram perguntados sobre ser justificado um golpe militar nas seguintes situações: (a) desemprego muito alto; (b) alta

criminalidade; (c) muita corrupção. O índice vai de zero a três, sendo zero a rejeição em todos os casos, e três, a concordância⁸. A medida foi utilizada de forma contínua na análise.

Os modelos contemplam também as seguintes variáveis de controle: (a) idade; (b) escolaridade, com nove categorias ordenadas; (c) renda, com cinco faixas ordenadas; (d) situação profissional, com seis categorias⁹ e (e) sexo. Coeficientes positivos indicam uma maior probabilidade de pertencer a uma categoria de notas mais altas.

A opção por dois modelos deve-se ao fato de que a variável situação profissional foi construída levando em conta a renda familiar declarada pelo entrevistado. Dessa forma, em um dos modelos utilizamos a variável renda e, no outro, a variável ocupação. Dada a distribuição ordenada das categorias da variável dependente, optamos por modelos de regressão ordinal.

Como é possível observar na Tabela 1, as variações na idade, na escolaridade e na renda e as diferentes situações profissionais não estão associadas a gostar mais ou menos do presidente Bolsonaro. Em ambos os modelos, nenhuma dessas variáveis mostrou-se estatisticamente significativa. Dessa maneira, é possível afirmar, a partir dos dados analisados, a existência de substantiva transversalidade no apoio a Bolsonaro. Ou seja, tal adesão não encontra coincidência direta ou necessária com grupos sociais homogêneos do ponto de vista de sua ocupação profissional, renda, escolaridade e idade. Não sendo possível caracterizar sociologicamente a base política do bolsonarismo a partir de tais critérios de estratificação social, argumentamos que como fenômeno social e político o bolsonarismo apenas pode ser compreendido a partir das adesões transversais que encontra em diferentes posições nessa estratificação.

Ao destacar tal transversalidade não apontamos a fragilidade dessa base social e política ou mesmo a aleatoriedade do apoio ao presidente. Argumentamos, ao contrário, que a

heterogeneidade social dos atores e grupos que integram essa base é elemento fundamental para a capilaridade, o alcance e a persistência do bolsonarismo como fenômeno social e político. Ou seja, trata-se de uma resposta política que responde a um conjunto variado e heterogêneo de demandas e disputas sociais.

Avançando o argumento, sustentamos que o bolsonarismo corresponde a um ativismo autoritário que precisa ser reiteradamente refeito e reafirmado na prática, caracterizando aquilo que chamamos de *golpismo performático*¹⁰ como prática cotidiana, conforme exploramos adiante.

No entanto, no que se refere à variável sexo, tal transversalidade não é observada. Em nossos dois modelos, essa variável apresentou significância estatística. Ser homem ampliava em cerca de 40% a chance de gostar mais do presidente do que ser mulher. Esse resultado não surpreende e remete aos achados de Amaral (2020) e Nicolau (2020) sobre as eleições de 2018, em que pela primeira vez a variável sexo apareceu como boa preditora de voto para o pleito presidencial. Com os dados de que dispomos, é difícil afirmar que estaria em construção uma clivagem política ampla baseada em temas, lutas e conflitos associados ao gênero. Lendo os dados em contexto, é mais provável associar tal resultado à rejeição provocada pela retórica agressiva do então deputado federal Jair Bolsonaro contra as mulheres, que no período eleitoral, por exemplo, foi catalisada pelo movimento *#EleNão*, responsável pelos maiores protestos de rua contra o então candidato em 2018.

Uma das faces mais visíveis tanto da candidatura de Bolsonaro, quanto de sua administração até aqui, diz respeito à quase onipresente vocalização de questões relativas ao status de mulheres, do casamento e da sexualidade. A administração Bolsonaro criou o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sendo sua titular, Damare Alves, uma das ministras mais atuantes do governo em fóruns internacionais. Por exemplo,

na Cúpula da Demografia, ocorrida em setembro de 2019, na Hungria, Alves afirmou que "agora o Brasil é uma nação pró-família" e que o país estava disposto "a liderar um bloco 'pró-família' na ONU"¹¹, defendendo "um sonoro não contra a ideologia de gênero"¹².

Ainda sob o governo Bolsonaro, a diplomacia brasileira promoveu uma guinada inédita em seu posicionamento na ONU com o veto à referência ao termo *gênero* em resoluções da Organização. Nota-se, assim, que as políticas de gênero são um importante pilar tanto da administração Bolsonaro, como também da organização de valores e princípios normativos que ajudam a mobilizar uma base de apoio, gerando adesão ao bolsonarismo. Neste enquadramento, mulheres tornam-se alvos contínuos de políticas públicas ou de julgamentos morais ou religiosos que visam discipliná-las e subordiná-las à autoridade e ao controle universal de homens heterossexuais¹³.

Retornando aos dados, a menor adesão de mulheres ao bolsonarismo, ainda que não signifique uma clivagem permanente, nos ajuda a compreender os conteúdos ideológicos próprios do bolsonarismo como visão de mundo autoritária, isto é, como espaço próprio de vocalização de uma linguagem que, ao falar sobre papéis de gênero associados ao masculino e ao feminino ou ao normatizar a sexualidade, estabelece hierarquias e, por esta via, modos exclusivistas de pertencimento ao mundo. Como desenvolvemos adiante, tal autoritarismo depende do conflito permanente e visa produzir a exclusão simbólica e material de grupos, políticas públicas e agendas econômicas, políticas e sociais.

A variável autoritarismo, conforme esperado, apresentou-se estatisticamente significativa nos dois modelos (Tabela 1). Para cada ponto acima no índice, a chance de gostar mais do presidente Jair Bolsonaro aumentava em cerca de 40%, mantendo todas as outras variáveis sociais e demográficas constantes. Isso significa que a percepção autoritária da política é

um elemento importante de distinção entre os que atribuem notas mais altas ao capitão reformado, conforme sugerimos na nossa hipótese.

Tabela 1. Determinantes do apoio a Jair Bolsonaro em junho/2020

	<i>Modelo 1</i>		<i>Modelo 2</i>	
	B	B(Exp)	B	B(Exp)
<i>Idade</i>	,005	1,005	,006	1,006
<i>Escolaridade</i>	,030	1,030	,013	1,013
<i>Renda familiar</i>	-,006	,994		
<i>Situação profissional</i> (Trabalhador formal)				
Trabalhador informal pauperizado			-,223	,800
Trabalhador informal não pauperizado			-,033	,968
Não faz parte da PEA			-,205	,815
Dona de casa			-,067	,935
Desempregado e potencial desalentado			-,014	,986
<i>Sexo</i> (Feminino)	,346*	1,413	,356*	1,428
<i>Autoritarismo</i> (Índice de 0 a 3)	,367*	1,443	,359*	1,432

Fonte: survey *A Cara da Democracia 2020*.

Modelo 1: N=908. Variável dependente: nota atribuída a Jair Bolsonaro (1-3; 4-7; 8-10).

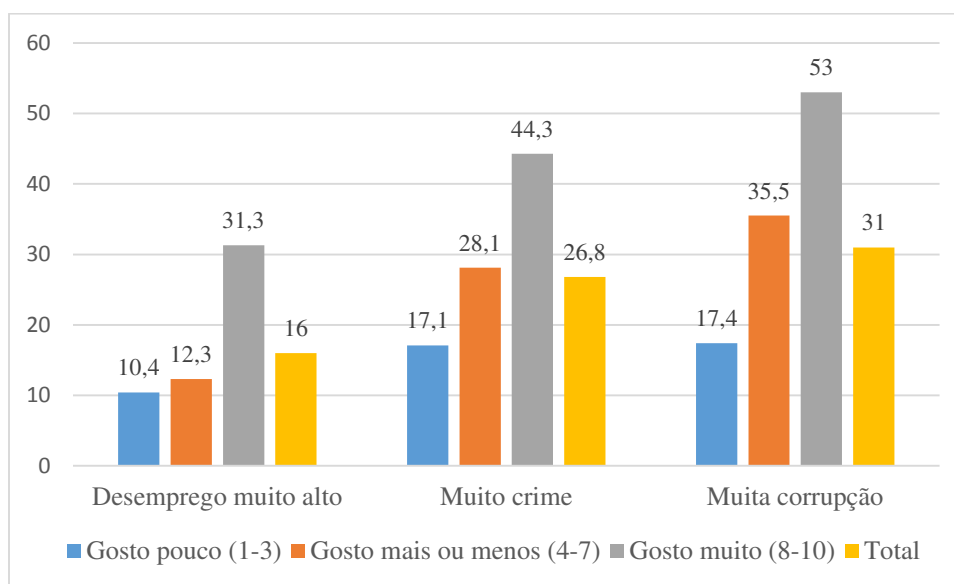
Categoria de referência em parênteses. Regressão ordinal com a função log-log negativa. -

2LL = 1748,500. R2 Nagelkerke = 0,109. VIF máximo = 1,496. * (p < 0,05)

Modelo 2: N=908. Variável dependente: nota atribuída a Jair Bolsonaro (1-3; 4-7; 8-10). Categoria de referência em parênteses. Regressão ordinal com a função log-log negativa. - 2LL = 1724,709. R² Nagelkerke = 0,113. VIF máximo = 1,089. * (p < 0,05)

Para deixarmos mais nítidas as diferenças entre os grupos da nossa variável dependente, vejamos os dados relativos a cada uma das perguntas que compuseram o *Índice de Autoritarismo*. Nas três possibilidades de golpe militar questionadas (desemprego muito alto, muito crime e muita corrupção), os que gostavam bastante de Jair Bolsonaro sempre se mostraram em maior porcentagem favoráveis ao golpe do que os outros dois grupos, sendo as diferenças estatisticamente significativas (I.C. 95%) (Gráfico 1). Entre os que gostavam pouco do presidente e os que gostavam mais ou menos, as diferenças foram também estatisticamente significativas nas questões relacionadas à criminalidade e à corrupção (I.C. 95%). Por fim, é possível observar, a partir da comparação das médias do Índice entre os três grupos, que, quanto maior é o apoio ao presidente Bolsonaro, maior é a média no Índice, sendo todas elas diferentes estatisticamente (I.C. 95%). Entre os que gostavam muito do capitão reformado, a média do índice (de 0 a 3) foi de 1,28, entre os que gostavam mais ou menos, de 0,76, e entre os que gostavam pouco, de 0,44 (N=915). Ou seja, na média, os bolsonaristas apoiavam *pelo menos* uma das três alternativas mencionadas para golpe militar.

Gráfico 1. Apoio a golpes militares em determinadas circunstâncias de acordo com a preferência por Jair Bolsonaro em junho/2020 (%)



Fonte: survey *A Cara da Democracia 2020*. Foram excluídos os que não responderam ou não souberam responder. Os Ns foram de 936, 942 e 936, respectivamente, para cada cruzamento.

Como aprofundamos nas próximas seções, a transversalidade do bolsonarismo em termos de estratificação social pode ser explicada na medida em que este também corresponde a um ativismo¹⁴ autoritário, animado por elementos como a limitação do papel do Estado na economia e a bandeira anticorrupção.

Seria esse um fenômeno novo em todos os sentidos? Se nosso argumento estiver correto, sempre houve uma demanda por lideranças como Jair Bolsonaro no período pós-redemocratização. No entanto, o próprio sistema político oriundo da transição democrática barrou o surgimento de alternativas populistas-autoritárias de direita viáveis eleitoralmente. Nos últimos anos, o cenário mudou. A convergência entre o descrédito do establishment

político a partir da Operação Lava-Jato e a redução dos constrangimentos para o sucesso eleitoral a partir do avanço das novas tecnologias e das formas de comunicação política, bem como o cenário internacional, tornaram isso possível.

A transversalidade do bolsonarismo: política e sociedade

Nesta seção, avançamos na explicação do bolsonarismo como fenômeno social e político transversal à sociedade brasileira, aglutinando uma base socialmente heterogênea, mas coesa em alguns aspectos ideológicos.

Sustentamos, assim, que a coesão do grupo bolsonarista se dá em torno de um ativismo autoritário que converge para o Estado, tornando-se um elemento ativo na modulação de diferentes repertórios da ação política, da luta social e dos modos de ler, narrar e interpretar o país, especialmente no contexto pós-redemocratização. Como consequência, a transversalidade do fenômeno estaria referida a conteúdos ideológicos que são constantes e recorrentemente animados pelo *golpismo performático* de Bolsonaro como tática política. Como exemplos desta tática, podemos citar suas ameaças constantes à ruptura institucional, recorrentes menções positivas à ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) e celebrações de torturadores.

Aprofundando o argumento, apontamos que o bolsonarismo reorganizou as bases ideológicas do autoritarismo em duas direções principais: (1) o rearranjo do modo como as relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre sexos, gêneros, raças e classes são expressas; (2) a catalisação de aspectos significativos das agendas, pautas e atores anticorrupção.

Explorando o primeiro ponto, indicamos que nas três primeiras décadas do pós-redemocratização diferentes ativismos ou ações sindicais estiveram voltadas para demandas em torno da expansão dos direitos sociais e de redistribuição de riqueza promovendo reivindicações que foram incorporadas ou reconhecidas pelo Estado de modos variados, mas sempre persistentes (Abers, Serafim e Tatagiba, 2014).

Vistas em conjunto, inovações institucionais e dinâmicas da sociedade convergiram para estabelecer novas formas de negociação com o Estado que impactaram nas percepções de *status social* e das diferenças materiais e simbólicas que as organizam (Penna e Rosa, 2015). A interação entre demandas coletivas e as respostas institucionais do Estado foram expressas, por exemplo, em mecanismos administrativos de desapropriação de terras para fins de reforma agrária; modelos de financiamento para programas de moradia popular; espaço jurídico para implementação de cotas étnico-raciais; realização de conferências nacionais para a discussão de políticas públicas, entre outras, e ajudaram a reorganizar critérios e princípios simbólicos e materiais de classificação social, bem como incidiram sobre as desigualdades sociais e econômicas da sociedade brasileira (Bastos e Chaguri, 2017).

Ainda que a identificação no interior do grupo bolsonarista seja dada por práticas de negação ou reação violenta a tais dinâmicas e processos do pós-redemocratização, defendemos que o bolsonarismo é um fenômeno transversal à sociedade brasileira justamente porque reorganiza os imaginários, os laços de solidariedade e de reconhecimento individuais e coletivos no interior desta sociedade. Nos termos próprios do bolsonarismo, "o mundo precisa ser indivisível (*Brasil acima de tudo*), sexualmente binário (*meninos de azul, meninas de rosa*), intelectualmente raso (*sem mimimi*) e desprovido de

empatia e alteridade (*quem mandará será a maioria*)" (Cavalcante, Chaguri e Netto, 2019, p.3).

Por meio da construção de tais antagonismos, o bolsonarismo oferece as bases culturais e materiais para assentar uma visão autoritária tanto sobre a política quanto sobre a sociedade, conectando passado e futuro para forjar laços de solidariedade e de identificação específicos no presente. O bolsonarismo como fenômeno social e político impacta as bases próprias de reconhecimento da sociedade, assentando laços de solidariedade particularistas que passam a disputar o curso de processos de mudança que promoveram transformações simbólicas e materiais substantivas no pós-redemocratização, expressas pela emergência e pelo progressivo acolhimento institucional de políticas como ações afirmativas no ensino superior, políticas de valorização real do salário mínimo e a titularidade feminina em programas de transferência de renda como o Bolsa Família, por exemplo.

Mais do que negar tais diferenças, o que poderia reduzir o alcance e o impacto do ativismo bolsonarista, limitando-o a um núcleo menor - ainda que mais homogêneo -, apontamos que o bolsonarismo corresponde a um espaço próprio de reelaboração e reorganização de papéis sociais associados ao masculino e ao feminino, à gramática das relações de classe e a um modo próprio de interação entre Estado e sociedade de viés autoritário.

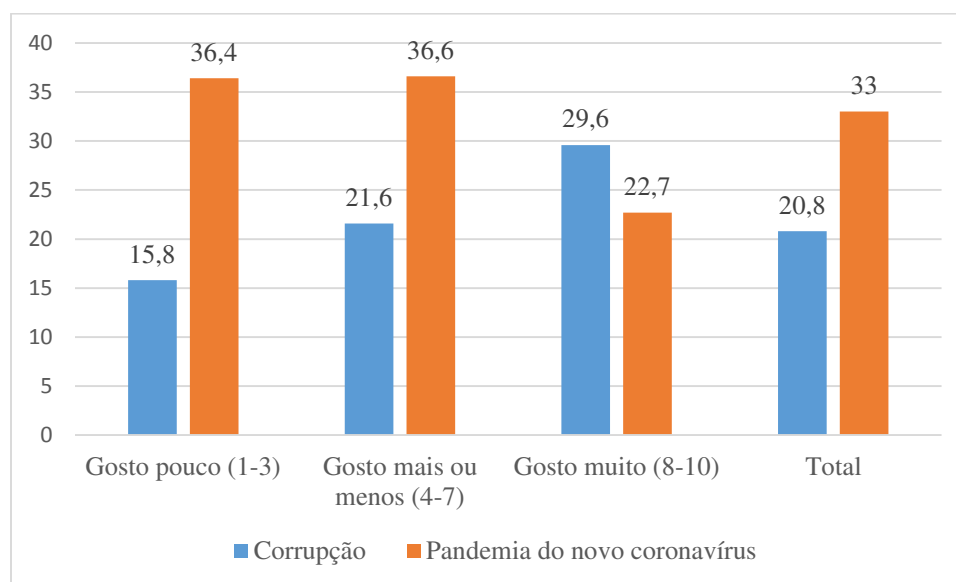
Tal viés se expressa, por exemplo, na retórica de que o Estado e organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) teriam o objetivo de limitar as liberdades individuais. O ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, sintetizou a questão ao tomar um megafone e afirmar que "a liberdade é a coisa mais importante em uma democracia. E a primeira coisa que vão tentar calar é a liberdade de expressão". A declaração foi dada a um grupo de ativistas que aguardava o então ministro após

depoimento prestado à Polícia Federal em inquérito que apurava crimes de racismo. As faixas dos ativistas pediam "fora comunismo, fora globalismo, fora nova ordem mundial"¹⁵. Apontamos que a noção de liberdade é sempre afirmada em oposição aos pactos sociais e ao regramento institucional de promoção da vida coletiva na esfera pública. O mesmo se aplica, por consequência, ao Estado visto como o inimigo da liberdade individual. Não se trata, no entanto, de eliminar o Estado, mas sim de antagonizar com políticas públicas ou regramentos jurídicos e institucionais que promovam proteção social, reconheçam o direito à diferença e, especialmente, pactuem a ascendência da esfera pública em relação a modos privados de organização da vida social.

Para explorar a dimensão própria do autoritarismo, avançamos para o segundo ponto: a recorrência e a capacidade de mobilização que a pauta anticorrupção encontra no Brasil, em especial no interior do grupo bolsonarista. Indicamos que o autoritarismo e a mobilização gerada por pautas ou demandas anticorrupção não são coincidentes ou mesmo se diluem uma na outra. Ao contrário, apontamos que a mobilização anticorrupção é componente chave - mas não exclusivo - do autoritarismo.

A pesquisa *A Cara da Democracia* perguntou qual era o principal problema do país para os entrevistados, que responderam à indagação de maneira espontânea. Mesmo em um contexto em que a pandemia provocada pelo novo coronavírus já havia causado dezenas de milhares de mortes no Brasil, entre os que gostavam muito do presidente Bolsonaro o principal problema do País era a corrupção, com 29,6% das menções. A pandemia foi citada por 22,7% (Gráfico 3). É importante destacar que a indicação da corrupção como principal problema do país cresce de maneira contínua conforme as faixas de notas atribuídas ao presidente Bolsonaro, sendo estatisticamente diferentes entre elas (I.C. 95%), o que denota a importância do tema para esse grupo.

Gráfico 2. Principal problema do país de acordo com a preferência por Jair Bolsonaro em junho/2020 (%)



Fonte: Pesquisa *A Cara da Democracia 2020*. Foram excluídos os que não responderam ou não souberam responder. N = 990.

Quase onipresente na discussão sobre o país, a corrupção tornou-se o modo preferencial para se falar sobre o impasse entre público e privado no Brasil contemporâneo, ocupando parcela substantiva do debate político e eleitoral. Neste ponto, apontamos que o tensionamento do ordenamento político no pós-democratização teria encontrado seu ponto limite no processo que conduziu à ascensão de Bolsonaro à Presidência. Desdobrando o argumento, a transversalidade ideológica do bolsonarismo relaciona-se ao fato dele oferecer um modo de reorganizar o conflito entre a reprodução da desigualdade e a emergência de opções democratizantes. Historicamente, o impasse entre o público e o privado expresso em temas como corrupção, patrimonialismo e conflitos entre Estado, sociedade, mercado e

família compuseram um repertório chave por meio do qual diferentes ideias foram produzidas, disputadas e colocadas em circulação (Buarque de Holanda, 1933; Faoro, 1957; Franco, 1969).

Indicamos, assim, que o bolsonarismo é a expressão concreta - e eleitoral - de um debate teórico e de conflitos políticos recorrentes na história republicana brasileira, oferecendo um horizonte de justificativas éticas, morais e políticas autoritárias para o ordenamento das relações entre Estado, sociedade e mercado. Refletindo sobre o papel da pauta anticorrupção na mobilização das classes médias nos últimos anos, Cavalcante (2018) aponta que a associação entre corrupção e desvirtuamento da livre competição seria um dos aspectos com maior capacidade de mobilização política de tais grupos, construindo uma base social em torno de tal pauta que defende "os agentes *imparciais* do poder Judiciário, ao mesmo tempo em que desconfia do caráter *populista* das intenções dos agentes públicos" (Cavalcante, 2018: 118). A ascensão de Bolsonaro, a despeito de suas três décadas como parlamentar, articulou percepções de que se tratava de um candidato anti-establishment e comprometido com a agenda anticorrupção. Tais percepções ajudaram a aglutinar parte de seu eleitorado e, mais decisivo, segue mobilizando e produzindo uma identificação - transversal a diferentes grupos sociais - no interior do grupo bolsonarista aqui analisado. Eleito presidente e com dois de seus três filhos com mandatos parlamentares envolvidos em acusações e escândalos de corrupção, Bolsonaro se viu, no entanto, com dificuldades para sustentar as associações entre a agenda anticorrupção e a moralidade dos *homens de bem*, eixo simbólico, por exemplo, de sustentação e da reprodução da Operação Lava Jato, e que ofereceu suporte ao protagonismo de seu ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro, por exemplo. Sem poder recusar, no entanto, a agenda anticorrupção, argumentamos que Bolsonaro a reposicionou para seguir mobilizando e aglutinando sua base de apoio mais coesa e estável,

isto é, o grupo bolsonarista. Assim, o progressivo esvaziamento simbólico e material da Operação Lava-Jato está longe de significar o abandono da sugestão, sempre reiterada por Bolsonaro e seus apoiadores, de que o Estado brasileiro estaria apropriado por corruptos, havendo um longo caminho para sanear a nação.

Neste deslizamento, a corrupção não é sinônimo da apropriação indébita do patrimônio público; antes, passa a estar associada a opções individuais, a escolhas ideológicas ou a posicionamentos políticos, oferecendo, por esta via, justificativas éticas e morais para o autoritarismo. Desse modo, a corrupção passa a ser associada a ideologias de esquerda e a políticas públicas que promovem o reconhecimento da diferença e a proteção de direitos de mulheres, negros ou da população LGBTQI+, por exemplo. No interior do grupo bolsonarista, tal associação é retraduzida em termos das possibilidades de que *indivíduos honrados* teriam tanto de restituir a moralidade às instituições, como promover políticas públicas capazes de proteger, sobretudo, a nação e a família.

Retomando nossos dados e explorando as consequências teóricas dos argumentos até aqui apresentados, sugerimos que a associação entre o autoritarismo e a agenda anticorrupção é um dos pontos de sustentação do bolsonarismo como fenômeno social e político transversal à sociedade brasileira. Indicamos que a agenda anticorrupção oferece meios materiais e simbólicos de desqualificação da diferença e de justificação da desigualdade, operando para legitimar a reconversão fundamental conduzida pelo autoritarismo: a reorganização da força e da ação do Estado no sentido de promover políticas e ações de governo que possam definir, por exemplo, quem é o povo e quais são seus valores. No caso brasileiro, portanto, o bolsonarismo oferece bases sociais e políticas renovadas para o autoritarismo no contexto pós-redemocratização.

Considerações finais: o futuro do bolsonarismo

A existência de lideranças e partidos políticos com apoio popular que conjugam conservadorismo social, autoritarismo político e práticas populistas está longe de ser um fenômeno recente ou mesmo exclusivamente brasileiro ou latino-americano. A lista é grande e vem crescendo, nos últimos anos, em diversas partes do mundo: Marine Le Pen, na França, Viktor Órban, na Hungria, Donald Trump, nos EUA, Geert Wilders, na Holanda, e Rodrigo Duterte, nas Filipinas, por exemplo, encontram-se entre essas lideranças. Norris e Inglehart contabilizaram, apenas na Europa, 16 partidos eleitoralmente competitivos com essas características em 15 países (2019: 236-237). A combinação de elementos responsáveis pela ascensão política dessas lideranças e partidos varia de acordo com os contextos institucionais e sociais de cada país. No entanto, algumas características são recorrentes: nacionalismo; desdém com relação aos direitos civis; e defesa da *tradição* e da *estabilidade*, geralmente fundadas em noções unitárias sobre a religiosidade judaico-cristã, a família e a nação, atualizando os conflitos e as disputas do *nós* contra *eles*.

Jair Bolsonaro e a sua base de apoio fiel não fogem a esse script, conforme descrito na seção anterior. Norris e Inglehart (2019), buscando entender o fenômeno na Europa e nos EUA, desenvolveram a teoria do *backlash* cultural. A teoria defende que, para tais casos nacionais, a ampliação nos níveis educacionais e de urbanização, assim como a maior circulação de grupos étnicos, provocou uma *revolução silenciosa* a partir dos anos 1970, alterando a prevalência de valores sociais conservadores e favorecendo o debate e a eventual implantação de políticas mais inclusivas e tidas como moralmente *liberais*, notadamente aquelas referidas à igualdade de gênero ou à proteção de minorias culturais, religiosas ou étnicas (Taylor, 2007). Esse processo de longo prazo acabou por aprofundar

as clivagens culturais nesses países e produziu uma reação liderada pelos grupos que perderam seu status culturalmente hegemônico na sociedade. Sentindo-se ameaçados com relação à sua posição social, esses grupos passaram a defender agendas predominantemente conservadoras com relação aos costumes e crescentemente autoritárias com relação à política, culpando o establishment econômico e político por não ouvirem ou por estarem distante dos reais interesses do povo. Isso gerou uma demanda por lideranças e partidos socialmente conservadores e politicamente autoritários nos cenários políticos (Norris; Inglehart, 2019: 32-64).

A abordagem proposta por Norris e Inglehart (2019) aplica-se apenas em parte ao Brasil. Embora exista uma dimensão nítida de reação a mudanças ocorridas nos últimos 30 anos no país no que toca à inclusão e à representatividade de grupos sociais e a pautas ligadas ao reconhecimento de suas demandas e direitos, o caso brasileiro apresenta um componente diferente dos casos europeus e norte-americanos: nas democracias mais antigas, as pautas políticas consideradas pós-materialistas (conservação ambiental, igualdade de gênero, direitos de minorias, etc.) ganharam força após haver a generalização de uma sensação de segurança material (Inglehart, 1977; 1993). No Brasil, o que ocorreu nas últimas três décadas foi a sobreposição das pautas consideradas pós-materialistas com a própria questão da segurança material.

Explorando aspectos da longa duração da história republicana brasileira, é possível indicar que a extensão e o alcance da desigualdade material no Brasil guarda relação com as dinâmicas próprias de produção das diferenças baseadas em raça e gênero, construídas durante a escravidão, como modo de organização da força de trabalho, e do patriarcalismo, como modo de organização da família e da vida coletiva. Ou seja, as desigualdades do ponto de vista material estão tão vinculadas a questões de gênero e raça, por exemplo, que

as pautas políticas materialistas e pós-materialistas tornaram-se praticamente indissociáveis, traduzindo-se na própria transversalidade que marca o grupo bolsonarista. Apontamos, assim, que a dinâmica social e política brasileira é marcada por um conflito redistributivo permanente que, de modo variado ao longo do tempo, produz e reproduz exclusões (e inclusões) simbólicas e materiais de grupos, políticas ou agendas - econômicas e sociais - variadas.

No caso específico da ascensão de Jair Bolsonaro, apontamos que os bolsonaristas articulam uma resposta política autoritária para esse conflito. O autoritarismo, assim, corresponde a uma opção política que busca justificar e normalizar as desigualdades e as diferenças materiais e simbólicas entre grupos e classes.

Tal característica torna necessária a reiteração e reafirmação quase cotidiana daquilo que chamamos de *golpismo performático*, isto é, a mobilização de imaginários materiais e simbólicos, como por exemplo, em torno do Golpe militar de 1964 e também da capacidade das forças militares em ordenar o Estado e sanear a nação, realizando assim a *vontade popular*, ainda que para isso tenha que ultrapassar os limites constitucionais.

O que isso significa para o futuro do bolsonarismo? Significa, primeiro, que o Brasil está diante de algo que se caracteriza por ser mais complexo do que uma clivagem essencialmente cultural, como nas democracias mais antigas. Para além de uma questão de dominância no âmbito de valores, o país vive uma disputa intensa sobre a distribuição de recursos escassos por meio de políticas públicas em tempos de recessão econômica, e sobre a revisão de bases históricas de subordinação de determinados grupos sociais. Em segundo lugar, significa que bases sociais conservadoras politicamente relevantes e autoritárias conquistaram espaço no debate público e vieram para ficar. Elas vão ajudar a pautar o dia-a-dia da política por muito tempo. Latentes, precisavam de um agente político competitivo

(Zechmeister, 2015) e de um ambiente internacional favorável para se aglutinar. Bloqueado por determinantes institucionais entre 1989 e 2014 e por um mundo em que a *revolução silenciosa* predominava, esse agente emergiu a partir da grave crise que atingiu o sistema político brasileiro a partir da Operação Lava-Jato e do *backlash cultural* internacional, como mencionado.

O apoio resiliente a Jair Bolsonaro é algo que vai além do *mito*, isto é, do carisma ou da personalidade individual do presidente. Como procuramos argumentar, o fenômeno do bolsonarismo visto a partir de seu grupo de apoio mais coeso e estável revela a consolidação do autoritarismo como opção política viável e com capacidade de permanência, sobrevivendo, inclusive, a eventuais fracassos do atual governo. A disputa será longa e o bolsonarismo é apenas um nome.

Referências bibliográficas

Abers, Rebecca, Lizandra Serafim and Luciana Tatagiba.

2014 "Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula". *Dados*, 57(2): 325-357.

Adorno, Theodor W. [et al.]

1950 *The authoritarian personality*. New York: Harper and Row.

Amaral, Oswaldo E. do.

2020 "The victory of Jair Bolsonaro according to the Brazilian electoral study of 2018".

Brazilian Political Science Review, São Paulo, 14 (1): 1-13.

Bastos, Elide Rugai and Mariana M. Chaguri

2017 "A terra no Brasil contemporâneo: notas para um debate", pp.123-140 in: André Botelho e Heloísa Starling (eds.), *República e democracia: impasses do Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Buarque de Holanda, Sérgio.

1933 *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

Brown, Wendy, Peter E. Gordon and Max Pensky.

2018 *Authoritarianism: three inquiries in critical theory*. Chicago: University of Chicago Press.

Cavalcante, Sávio Machado.

2018 "Classe média, meritocracia e corrupção". *Crítica Marxista*, 46: 103-125.

Cavalcante, Sávio Machado and Mariana M. Chaguri and Michel Nicolau Netto.

2019 "O conservadorismo liberal do homem médio". *Época on-line*

<https://epoca.globo.com/artigo-conservadorismo-liberal-do-homem-medio-23358236>

Coppedge, Michael

1997 *Strong parties and lame ducks: presidential partyarchy and factionalism in Venezuela*. Stanford: Stanford University Press, 1997

Duque, Debora and Amy Erica Smith.

2019 "The establishment upside down: a year of change in Brazil". *Revista de Ciencia Política*, 39 (2): 165-189.

Eatwell, Roger and Goodwin, Matthew

2018 *National populism: the revolt against liberal democracy*. London: Penguin.

Franco, Maria Sylvia de Carvalho.

1969 *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP

Faoro, Raymundo

1957 *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Editora Globo.

Horkheimer, Max

1959 Authoritarianism and the family. In: Anshen, Ruth Nanda (ed.) *The Family: its function and destiny*. New York: Harper & Brothers.

Hunter, Wendy and Timothy J. Power

2019 “Bolsonaro and Brazil’s illiberal backlash.” *Journal of Democracy* 30 (1): 68–82.

Inglehart, Ronald

1977 *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles among Western Publics*. Princeton: Princeton University Press

1993 “Democratização em perspectiva global”. *Opinião Pública* 1 (1): 09-67.

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) - Democracia e democratização da comunicação

2020 *Survey A Cara da Democracia: terceira onda*. Belo Horizonte: UFMG

Levitsky, Steven and Daniel Ziblatt.

2018 *How democracies die*. New York: Broadway Books

Lowenthal, Leo and Guterman, Norbert.

1949 *Prophets of deceit: a study of the techniques of the American agitator*. New York: Harper & Brothers.

Luna, Juan Pablo and Cristóbal Rovira Kaltwasser

2014 *The resilience of the Latin American right*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

Nicolau, Jairo

2020 *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar.

Norris, Pippa and Ronald Inglehart.

2019 *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge: Cambridge University Press.

Penna, Camila and Marcelo C. Rosa

2015 "Estado, movimentos e reforma agrária no Brasil: reflexões a partir do Incra". *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (95): 57-86.

Power, Timothy

2000 *The Political Right in Postauthoritarian Brazil: Elites, Institutions, and Democratization*. University Park, PA: Penn State University Press

Rennó, Lúcio.

2020 "The Bolsonaro Voter: Issue Positions and Vote Choice in the 2018 Brazilian Presidential Elections". *Latin American Politics and Society*, 62: 3-23.

Schwarcz, Lilia M.

2020 *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.

Scott, Joan W.

2019 *Sex and Secularism*. Princeton - NJ: Princeton University Press.

Smith, Amy Erica.

2020 "Covid vs. Democracy: Brazil's Populist Playbook". *Journal of Democracy*, 31 (4): 76-90.

Taylor, Charles.

2007 *A secular age*. Cambridge - MA: Harvard University Press.

Vianna, Oliveira.

1920 *Populações meridionais do Brasil: (história - organização - psicologia)*. São Paulo: Monteiro Lobato.

Vianna, Oliveira.

1949 *Instituições políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

Zechmeister, Elizabeth

2015 “Left-right identifications and the Latin American voter”. in: Ryan Carlin, Matthew Singer and Elizabeth Zechmeister (eds.). *The Latin American Voter*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

Anexo

Variáveis de controle utilizadas nas regressões ordinais a partir do survey *A Cara da Democracia*

Idade: variável contínua

Escolaridade: variável contínua (primário incompleto; primário completo; ginásio incompleto; ginásio completo; colegial incompleto; colegial completo; ensino superior incompleto; ensino superior completo; pós-graduação completa ou incompleta)

Renda familiar: variável contínua (até um salário mínimo; de um a dois salários mínimos; de dois a três salários mínimos; de três a cinco salários mínimos; mais de cinco salários mínimos)

Sexo: feminino e masculino

Recodificação das categorias na variável situação profissional

- (a) trabalhador informal pauperizado: empregado sem registro, autônomo, profissional liberal, empresário, ajudante e aprendiz com renda familiar inferior a dois salários mínimos;
- (b) trabalhador formal não pauperizado: empregado sem registro, autônomo, profissional liberal, empresário, ajudante e aprendiz com renda familiar superior a dois salários mínimos;
- (c) não faz parte da PEA;
- (d) dona de casa;
- (e) trabalhador formal: Empregado com registro em carteira e funcionário público;
- (f) potencial desalentado;
- (g) desempregado;

¹ Os autores gostariam de agradecer a Bárbara Castro, Beatriz Mezzalira, Michel Nicolau Netto, Otávio Catelano, Sávio Cavalcante e Vitor Vasques por sugestões feitas à primeira versão do texto, ao CNPq (307503/2017-8) e ao Programa Capes/Print pelo financiamento. Parte dos achados contidos neste artigo foram apresentados em seminários realizados em fevereiro de 2020 nas Universidades Brown, Columbia e Harvard. Agradecemos a todos que participaram desses eventos.

²https://www.washingtonpost.com/opinions/global-opinions/jair-bolsonaro-risks-lives-by-minimizing-the-coronavirus-pandemic/2020/04/13/6356a9be-7da6-11ea-9040-68981f488eed_story.html.

³ Dados disponíveis em www.datafolha.com.br.

⁴ O Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação (IDDC) integra o Programa de Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) e é formado por grupos de pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade de Brasília (UnB) e conta com financiamento do CNPq, da Capes e da Fapemig.

⁵ Para um balanço geral do tema do autoritarismo no pensamento e na sociedade brasileiras ver: Schwarcz, 2020.

⁶ No dia 05 de junho de 2020, o país contabilizava 35.047 mortes causadas pela Covid-19 e 646.006 casos. O país fechou o mês de maio com taxa de desemprego de 12,9%, segundo dados da Pnad Contínua, o mais baixo nível da ocupação desde o início da pesquisa em 2012.

⁷ Optamos por agregar as respostas em categorias porque algumas notas possuíam poucas menções e a distribuição das respostas não era normal.

⁸ O teste de confiabilidade Alpha foi igual a ,827.

⁹ A variável situação profissional foi construída a partir da combinação da situação profissional do entrevistado com a sua renda. Tal combinação levou à elaboração das seguintes categorias: (a) trabalhador informal pauperizado; (b) trabalhador formal não pauperizado; (c) não faz parte da População Economicamente Ativa (PEA); (d) dona de casa; (e) trabalhador formal; e (e) potencial desalentado e desempregado. As recodificações realizadas a partir das alternativas originais encontram-se descritas no Anexo. Agradecemos a Bárbara Castro pelo auxílio. As outras variáveis de controle encontram-se descritas no Anexo.

¹⁰ Devemos o termo *golpismo performático* a Amy Erica Smith em comunicação pessoal. Para compreender o sentido dado pela autora ao termo, ver: Smith, 2020

¹¹<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/09/21/com-damare-cupula-da-demografia-ataca-onu-feminismo-e-homossexuais.htm>

¹²<https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/09/14/governo-bolsonaro-articula-alianca-internacional-pro-familia/>

¹³É o caso, por exemplo, do Plano Nacional de Prevenção ao Risco Sexual Precoce anunciado pela ministra Damare Alves em janeiro de 2020.

<https://oglobo.globo.com/sociedade/damare-reconhece-abstinencia-sexual-como-politica-publica-em-construcao-1-24182738>

¹⁴ Steve Bannon, um dos mais influentes formuladores dos discursos e práticas da extrema-direita no mundo, reafirma com frequência a necessidade de fomentar um ativismo populista de direita. Sugestivamente, em entrevista concedida em 2018, anunciou a criação do "The Movement", uma consultoria política sediada em Bruxelas (Bélgica) cujo objetivo seria fornecer "a infraestrutura para o movimento populista global" -

<https://www.independent.co.uk/news/steve-bannon-moving-europe-movement-foundation-far-right-wing-politics-george-soros-a8458641.html>

¹⁵ <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/06/04/weintraub-novo-recurso-stf.htm?cmpid>